

Nota metodológica

A Repórteres sem Fronteiras (RSF) realiza um monitoramento sistemático da relação do governo brasileiro com a imprensa. A cada três meses, a organização publica um relatório que se debruça sobre os fatos que marcaram o período e destaca casos emblemáticos que ilustram aspectos do direito à liberdade de imprensa no país.

Este monitoramento envolve a análise do discurso de autoridades públicas do alto escalão do governo, na perspectiva de produzir dados quantitativos sobre a postura do mesmo diante da imprensa.

Consideramos como objeto desta análise as contas do Twitter e Facebook do presidente Jair Bolsonaro, por entender que os perfis do presidente nas redes constituem um canal privilegiado de comunicação com a sociedade e a imprensa. Foram analisadas também suas lives semanais (transmitidas nas redes sociais toda a quinta-feira) e aparições públicas (coletivas de imprensa e entrevistas), notoriamente noticiadas pela mídia e pela própria assessoria de imprensa da Presidência da República.

Outro ponto da análise foram as contas do Twitter de alguns agentes e instituições que compõem a cúpula do governo, como a Secom (Secretaria Especial de Comunicação Social); o vice-presidente Hamilton Mourão, os ministros Fábio Faria (Min. Comunicações); Milton Ribeiro (Min. Educação); André Mendonça (Min. Justiça); Ricardo Salles (Min. Meio Ambiente); Paulo Guedes (Min. Economia); Augusto Heleno (Chefe Gabinete de Segurança Institucional); Onyx Lorenzoni (Min. Cidadania); Ernesto Araújo (Min. Relações Exteriores); e por fim, as ministras Damares Alves (Min. Mulher, Família e Direitos Humanos) e Teresa Cristina (Min. Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

O monitoramento também considerou as contas do Twitter de Eduardo Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, filhos do presidente que ocupam cargos eletivos.

Tanto o monitoramento, quanto a análise partem do princípio que é obrigação do Estado brasileiro prevenir os crimes contra as pessoas por razão do exercício de seu direito à liberdade de pensamento e expressão, o que inclui:

- Condenar veementemente agressões contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras e encorajar as autoridades competentes a agir com a devida diligência e rapidez na investigação dos fatos e na punição dos responsáveis.
- Não adotar discursos públicos que exponham jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras a maior risco de violência ou aumentem sua vulnerabilidade.
- Reconhecer constante, explícita e publicamente a legitimidade e o valor do jornalismo e da comunicação, mesmo em situações em que a informação divulgada possa ser crítica ou inconveniente aos interesses do governo.